

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

**PARECER N. : 0199/2023-GPETV** 

PROCESSO N° : 03000/2023

INTERESSADO : NEUSA APARECIDA NUNES

ASSUNTO : APOSENTADORIA

UNIDADE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON

RELATOR : CONSELHEIRO SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA

DA SILVA

Cuidam os autos da <u>análise da legalidade de ato</u> concessório de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, concedida a servidora pública estatutário <u>Neusa Aparecida Nunes</u>, pertencente ao quadro de pessoal do <u>Governo do Estado de Rondônia</u>, ocupante do cargo de <u>Professor</u>, classe C, referência 15, matrícula n° 300019420, com carga horária de 40 horas semanais, por meio do <u>Ato Concessório de Aposentadoria n° 508 de 02/07/2020</u> (ID 1475901 - p. 1), fundamentado no artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar n° 432/2008, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DOE n°128-57, de 03/07/2020 (ID 1475901 - p. 2), enviado à Corte de Contas pelo Sistema de Fiscalização dos Atos de Pessoal (FISCAP), instituído e regulamentado pela IN n° 50/2017/TCE-RO.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

Assevera-se, inicialmente, que a IN n° 50/2017/TCE-RO estabelece o procedimento de análise, para fim de registro, dos atos concessórios de aposentadoria e pensão civil, bem como de cancelamento de ato concessório, mediante exame de informações e documentos enviados eletronicamente pelo Sistema FISCAP e requisição de informações e documentos (art. 1°, incisos I e II).

Nestas condições, a Unidade Instrutiva emitiu relatório técnico (ID 1492875), concluindo que <u>a interessada faz jus ao benefício de aposentadoria</u>, com amparo nos dispositivos que fundamentaram o ato concessório, podendo considerá-lo como legal e apto a registro.

É o relato necessário.

Os documentos exigidos pela IN n° 50/2017/TCE-RO se encontram digitalizados dentro dos autos eletrônicos anexados ao sistema de Processo de Contas Eletrônico (PC-e). Desta forma, em análise minuciosa da referida documentação, o Ministério Público de Contas assente com a conclusão da Unidade Técnica (ID 1492875), visto que <u>a interessada preencheu todos os requisitos exigidos no artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar n° 432/2008, para a devida concessão do benefício de aposentadoria.</u>

Tem-se que, de acordo com a simulação de cálculo feita pela Unidade Técnica (ID 1489392), pode-se concluir que foram alcançados todos os requisitos exigidos no artigo  $6^{\circ}$  da Emenda Constitucional n° 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

#### GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

da Lei Complementar n° 432/2008 para a devida concessão do benefício de aposentadoria, quais sejam, admissão no serviço público até a data de vigência da Emenda Constitucional n° 41/2003 (19.02.2004). Sendo eles, tempo mínimo de 25 anos de contribuição (para servidores do sexo feminino, obrigatoriamente em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio), 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos de carreira e 05 anos no cargo em que se deu a aposentadoria, tudo devidamente comprovado nos autos, por meio de documentos e certidões (IDs 1475902 e 1489336) exigidas pela IN n° 50/2017/TCE-RO, como dito anteriormente

Em relação à análise dos proventos, a Unidade Técnica consignou que estão sendo calculados corretamente de acordo com a fundamentação legal que deu base a concessão do benefício.

Diante de todo o exposto, <u>convergindo com a proposta da Unidade Técnica</u> (ID 1492875), opina este órgão ministerial pela <u>legalidade e registro</u> do ato concessório da aposentadoria em exame, nos termos em que foi fundamentado.

É o parecer.

Porto Velho/RO, 05 de dezembro de 2023.

#### ERNESTO TAVARES VICTORIA

Procurador do Ministério Público de Contas

### Em 5 de Dezembro de 2023



ERNESTO TAVARES VICTORIA PROCURADOR